CÂMARA MUNICIPAL DE GARÇA

19ª SESSÃO ORDINÁRIA, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 1.992.

PRESIDENTE : GILBERTO GARCIA

SECRETÁRIOS: LUIZ KUNITA E ANDRELINO ALVES DE SOUZA

AOS oito dias do mês de junho de mil novecentos e noventa e dois, com início as vinte horas e trinta minutos, sob a presidência do Senhor - Gilberto Garcia, Presidente, tendo como Secretários os Senhores Luiz - Kunita, 1º Secretário e Andrelino Alves de Souza, 2º Secretário, foi realizada no Plenário da Camara Municipal de Garça, a 19ª Sessão Ordinária de 1.992. Feita a chamada inicial pelo Senhor Secretário, este constatou as seguintes presenças: Afrânio Carlos Napolitano, André - Luis Gavioli Rodrigues, Andrelino Alves de Souza, Antonio Alexandre - Marques, Antonio Macelloni, Diogo Sebastião de Oliveira, Gilberto Garcia, João Serapião, José Alcides Faneco, Luiz Kunita, Luiz Roberto Lopes de Souza, Olívio Turato, Rodrigo de Sá Funchal Barros, Valdemar - Zimiani, Yoshikaso Kakudate e Ari Silva Braga, totalizando 1 Edis - presentes. Havendo número legal para o início dos trabalhos, o sr. - Presidente declarou aberta a presente Sessão, colocando em discussão - as ATAS da 16ª e 17ª Sessões Ordinárias e 9ª Sessão Extraordinária - de 1.992, sendo todas aprovadas por unanimidade de votos, sem discussão. A seguir, o Sr. Presidente solicitou aos Senhores Secretários - que procedessem as leituras dos expedientes da Sessão. EXPEDIENTE DO EXECUTIVO: Projeto de Lei nº 49/92, requerendo abertura de crédito no valor de Cr$20.000.000,00, para suplementar dotação orçamentária da Divisão de Recursos Humanos. Projeto considerado objeto de deliberação. Ofícios números 349 e 350/92, ambos em atenção aos Requerimentos de - números 83 e 84/92, ambos de autoria do Vereador Antonio Alexandre - Marques. Ofícios em atenção às Indicações de números: 91/92 - Vereador João Seraião; 92/92 - Vereador Luiz Kunita; 93/92 - Vereador Luiz Kunita; 94, 95/92, ambos do Vereador Antonio Macelloni. Ofício nº 361 92, encaminhando a Casa Balancete Analítico da Receita e Despesa, referente ao mês de Março/1992. Ofício nº 352/92, encaminhando cópias - das Leis Municipais numeros 2.745/92 e 2.746/92. Ofício nº 353/92, encaminhando cópias das Leis Municipais de nºs. 2.747/92 e 2.748/92. EXPEDIENTE DE DIVERSOS: Carta do Sr. Adhemar de Barros Filho, em atenção ao Requerimento nº 87/92, de autoria do Vereador Gilberto Garcia. Ofício Circular da Câmara Municipal de Borborema, enviando cópia de - Moção nº 01/92, de autoria da Vereadora Profª. Simone C. P. dos Santos, pedindo apoio da Casa, no sentido de se elevar os salarios dos - professores da rede estadual de ensino. Ofício do Presidente da Associação Paulista de Municípios, comunicando a posse do seu novo Presidente, o senhor Wilson José. Convite da Câmara Municipal de Vera Cruz para a Sessão Solene, para a outorga do título de Cidadão Honorário de Vera Cruz. Ofício da Câmara Municipal de São Caetano do Sul, encaminhando cópia da Moção nº 322/92, apoiando a criação do "banco rural", pelo Banco do Brasil. Carta do advogado Dr. Marcelo Vieira Ramos, agradecendo o exemplar da Lei Orgânica municipal. Carta do Presidente - Nacional das APAES, pedindo apoio a sua campanha nacional beneficiente. Carta do Gerente da Turismar, em atenção ao Requerimento nº 91/92 de autoria do Vereador Afrânio Carlos Napolitano. Carta do Gerente da Turismar, requerendo criação de uma lei, alterando o local do ponto - de taxi de Jafa. Ofícios do 1º Secretário da Assembléia Legislativa - do Estado de São Paulo, encaminhando cópia de Requerimentos, apresentados por Deputados, todos apresentando votos de congratulações pelo - transcurso do aniversário do município de Garça. Processos números - 396/92, 397/92, 398/92 e 399/92, todos apresentando cópias dos balan-

(balan-)cetes, respectivamente, dos meses de fevereiro, março, abril e maio de 1.992. Ofício do Diretor Executivo do SAAE, encaminhando - uma via do balancete referente à receita e despesas do mês de abril- de 1.992. EXPEDIENTE DOS VEREADORES: Projeto de Emenda à Lei Orgânica, nº 01/92, de autoria do Vereador Gilberto Garcia, no que diz respeito à remuneração mensal do Prefeito Municipal e Vereadores. Projeto de Decreto Legislativo nº 02/92, de autoria do Presidente da Casa, regulamentando e fixando a remuneração mensal dos Vereadores da Câmara Municipal de Garça, a partir de 1º de Janeiro de 1.993. Projeto de Decreto Legislativo nº 03/92, de autoria do Presidente da Câmara Municipal, fixando a remuneração do Prefeito municipal, a partir de - 1º de Janeiro de 1.993. Requerimentos números: 102/92 - Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza, requerendo inserção na Ata dos serviços legislativos da Sessão, voto de apoio à luta dos professores da rede estadual de ensino, por melhores salários; 103/92 - Vereador José Alcides Faneco, requerendo inserção na Ata dos trabalhos legislativos da Sessão, voto de congratulações pelo jubileu de prata de sacerdócio - do Frei David Prearo, pároco da Paroquia Nossa Senhora de Lourdes; - 104/92 - Vereador Gilberto Garcia, requerendo oficie-se ao Ministro- da Previdência Social, solicitando informações sobre a extinção do cargo de Agente da Previdência Social, da Agência de Garça; 105/92 - Vereador Antonio Alexandre Marques, indagando do Prefeito Municipal, qual o destino dado aos prédios onde funcionavam as escolas das fazendas "Santa Emília" e "4 Divisas", ambas no Bairro Itiratupã; 106/92 - Vereador Gilberto Garcia, requerendo inserção na Ata dos trabalhos - legislativos da Sessão, voto de pesar pelo falecimento do sr. Yoshiro Yamaoto; 107/92 - Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza, requerendo transcrição, na íntegra, na Ata dos trabalhos legislativos, da - "Carta ao Povo", de autoria do Dr. Regis Fernandes de Oliveira, publicada na RT. 675/284-288; 108/92 - Vereador Olívio Turato, requerendo oficie-se ao diretor regional da Telesp, solicitando a instalação de um telefone público comunitário na Av. Paineiras, nº 340. Indicações números 109/92 - Vereador Olívio Turato, indicando ao Prefeito- Municipal, a limpeza do terreno localizado na Rua Eumene, nº 159 e - 110/92 - Vereador José Alcides Faneco, indicando ao Prefeito Municipal, a remoção do "quebra-molas" instalado na Rua Barão do Rio Branco, altura do nº 1005. Os Requerimentos, devido aos pedidos de urgencia, foram encaminhados à Ordem do Dia da Sessão. As Indicações, remetidas ao sr. Prefeito Municipal, nos termos regimentais e, os projetos de Decreto Legislativo, bem como o projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal, foram considerados objetos de deliberação, pelo - Plenário. Em seguida, não havendo solicitação de palavra no Pequeno- Expediente, passou-se ao Grande Expediente. Ocupou a Tribuna o Vereador Valdemar Zimiani, comentando o pedido enviado à Casa, para se estudar possibilidade de alterar o local do ponto de taxi de Jafa. Criticou a empresa Turismar, autora do pedido, dizendo que referida empresa de ônibus presta aos moradores de Jafa, serviços de quinta categoria e, nada faz para melhorá-los, asseverando: "É uma piada de - mau gosto". Comparou tal evento com interferência do FMI nos negócios do Brasil, dizendo que da mesma forma, uma empresa de Marília quer - interferir em Garça. Comentou que é lastimável o estado dos ônibus - que transportam passageiros de Jafa para Garça, mormente, nos dias de pagamento do pessoal que trabalha na lavoura, nas proximidades do referido distrito. Comentou, ainda, que para contornar o problema desperua kombis que fazem lotação com o povo, que normalmente viaja de ônibus, a Turismar está vendendo passagens antecipadas em um armazem próximo do ponto de ônibus. Ao finalizar, afirmou: "A Turismar está- ameaçando tirar os ônibus, caso não solucione o problema. Deixem que os tire, talvez, assim, seremos melhor servidos por outra empresa". Em seguida, ocupou a Tribuna o Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza, comentando seus Requerimentos apresentados na Sessão. O primeiro de-

los, apoiando a reivindicação dos professores estaduais por melhores salários, dada a grande defasagem de seus vencimentos. Disse o Vereador que com tal paralisação, os professores quiseram advertir o Governo de que, se necessário, recorrerão à greve, tendo em vista a insustentável situação em que se encontram. O outro Requerimento solicita a inserção na Ata dos trabalhos legislativos da Sessão, de um artigo publicado na Revista dos Tribunais em janeiro último, de autoria do Dr. Regis Fernandes de Oliveira, onde reconhece que durante toda a sua judicatura, esteve divorciado do povo. Chegou a conclusão que deveria descer de seu pedestal de juiz e vir reconhecer a condição do povo. Em síntese, disse o Vereador, é aquilo que tenho dito diversas vezes, que é preciso exercer a cidadania. Só vai haver uma real participação democrática, quando a coletividade, através de seus órgãos de representação, participar efetivamente das decisões de governo. Referida carta fala em nepotismo, lembrou o Vereador e, acrescentou que na Sessão passada, usara mesma expressão, quando se referiu as atitudes do Deputado por Garça à Assembléia Legislativa, que pretendia colocar como prefeito de Garça, um de seus filhos, para continuar mandando nos destinos da cidade. Ao finalizar, disse o Vereador: "Entendo que o disposto nesta carta, deve ser meditado, principalmente pela classe política". A seguir, a íntegra da referida carta: "CARTA AO P VO - RÉGIS FERNANDES DE OLIVEIRA - Pode parecer estranho que num Congresso como este e deste porte, o presidente da entidade maior da magistratura brasileira passe a ler uma carta. Terá ela, obviamente, o significado de uma explicação de posições, princípios, e idéias sobre o Poder Judiciário, em seu relacionamento com a população. Assim, embora algumas pessoas possam estranhar, o destinatário, não estranhará. A ele é dedicado o Congresso. Meu caro povo. Há muito tempo tenho estado em luta comigo mesmo e, tenho estado em, digamos assim, crise funcional sobre qual a finalidade de meu serviço, de minha atividade, de minha responsabilidade como juiz, homem e cidadão. Pensei que por algum tempo ficaria divorciado de meu compromisso de cidadão. Pensei que, como juiz, não me devia importar com você. Simplesmente, entendia que tinha um só compromisso - com minha consciencia e com a lei que devia aplicar. Você não tinha importância. Você era indiferente. Se você aplaudisse ou reprovasse, isso era irrelevante. Eu queria saber se aplicara a lei. Isso era fundamental. Pensei, então que o juiz nazista, o facista, o da África do Sul e da União Soviética de antes da separação também procediam como eu. Isso, porque você não contava. Também já tive oportunidade de pensar que eu deveria fazer sentenças bonitas, e em linguagem difícil, com citação de autores famosos, especialmente estrangeiros, para que ficassem robuscadas as decisões. Pensei que, burilando meu serviço, agradaria o Tribunal, seria elogiado e ficava corado quando recebia uma citação em acórdão. Era tão importante que extraia cópia e guardava, cheio de contentamento. Era mais importante que você, porque você não contava. Pouco importava que você não entendesse o que eu escrevia, porque, oh! Você não sabe ler mesmo. Para que escreveria eu para você? Você é ignorante. Não iria ler minha decisão, e se lesse não a entenderia. Em meu pequeno mundo formal eu vivia feliz e não sabia. Não sabia de sua existencia. Eu não sabia que o relatório da FAO, órgão da ONU, apontava que 40% dos brasileiros passam fome. Eu não sabia que a renda "per capta" é de 150 a 300 dólares por ano. Eu não sabia que se gasta em alimentação apenas 0,21% do PIB (desculpe-me falar em PIB, porque você não sabe o que é isso. Mas alguem tentara explicar). Eu não sabia que os 40% mais pobres ficam com 12% da renda, enquanto que os 20% mais ricos ficam com 55,79% ("Fome - o desafio dos anos 90", in "Folha de São Paulo", de 19 de outubro de 1990, folhas C2 e C3). Eu não sabia que 60% das mortes de lactantes e crianças até os quatro anos de idade são causados pela fome ("O desafio alimentar Norte Sul", de Bertrand Delpench). Eu não sabia que era tão ignorante vivendo em meu mundinho autista. Eu não sabia que, para você, a própria existência do Poder Judiciário não é fundamental. É que está ele nos centros das

grandes cidades. Você não mora no centro. Você mora na zona rural, na periferia, nos barracos, nas favelas, nos cortiços e, aí onde você está não tem juiz. Eu não sabia, até que li um artigo chamado "os piolhentos e nós", do jornalista Fernando Pacheco Jordão, afirmando que diante da realidade absurda, neste país de analfabetos e famintos, "tecemos nosso colete de indiferença, erguemos cidadelas para morar e nos julgamos a salvo de uma guerra que julgamos confinada ao terreno dos que queimas suas crianças piolhentas com cigarros e lhes dão tiros nos pés" ("O Estado de S. Paulo", 22 de março de 1.991, p.2). Eu não tinha consciência de tudo isso até que ouvi Vinícius e Chico Buarque dizerem que "tem certos dias em que eu penso em minha gente e sinto assim todo o meu peito se apertar". Eu não sabia que você era tão eu, da mesma carne, do mesmo osso, do mesmo espaço sideral, da mesma cidade, damesma terra, falando a mesma língua. Tudo me pareceu muito duro, quando passei a entender que nós somos o mesmo espírito e temos o mesmo pai, que olha por nós com muita trsteza. Eu fiquei sabendo pelo IBGE que 55% da população não procuram os tribunais, sendo que 42% resolvem seus casos por conta própria e 11,5% deixaram de exercer seus direitos, por não quererem se envolver com a justiça e com medo de represálias. Sei que você trabalha na construção de Chico Buarque, sei que você morre no asfalto, sei que você tem poucas ilusões, poucas que se esvaem por entre seus dedos calossos e sujos de graxa ou da terra brasileira, sei que seu lombo está cansado de carregar sacos pesados, sei que você poucos sonhos tem. Mas, sei que você tem a cachaça, tem a "nega" a lhe alimentar o sexo, tem o desejo de ter sua casinha, tem a cobiça de um salário razoável, tem o radinho de pilha, já versado por poetisa mineira que sobre ele disse que "tens todavia o condão de povoar os meus sonhos, em momentos enfadonhos, expulsando a solidão", p. 25). A expulsão do sonho do magistrado é a preocupação com a prestação da justiça. Saiba que o magistrado prefere perder o sonho de suas noites a trair sua consciência independente. Saiba que o magistrado é vergastado em sua tranquilidade, com a obrigação de dar a solução justa. Saiba que ele às vizes não dorme. Saiba que ele tem filhos, como você, as vezes sadios, as vezes com problemas de saúde; às vezes com algum defeito físico ou mental. Saiba que o magistrado tem problemas, tem vícios, tem angústias, tem problemas conflitivos, tem desesperos, tem crises, tem amor, tem ódio, tem tudo o que Você tem. Ele não nasceu magistrado. Sabe de onde ele veio? Ele veio de seu meio. É bom que você também saiba, para não pensar que o culpado de tudo é o juiz, que até 1998 o Judiciário não tinha verbas proprias, dependendo, em tudo e por tudo, do Executivo. Este repassava a verba quando queria ou quando era disponível. Eu fiquei sabendo que, em certas épocas, o juiz não tinha papel para trabalhar, não tinha ordenado e satisfatório para decidir com tranquilidade. Há comarcas do nosso Brasil ondo não há máquinas de escrever, nem lugar decente para decidir e que o risco de vida é uma constante. Você sabe que há falta de magistrados no Brasil? Eu sempre pensei que a vida era boa e o ordenado de "maraja". Mas, então, indaguei eu, por que será que não há muitos juízes, com todos os cargos providos? É que não há bons profissionais que saem das faculdades e estão elas defasadas, limitando-se a informar precariamente os bacharés e não os formando convenientemente. Se não há candidatos habilitados, qual a opção? Baixar o nível do concurso? Não, porque os problemas serão transplantados para o interior da magistratura. Já temos até casos de desonestidade. Há casos de lentidão. Por isso, fala-se no controle externo da magistratura. Sabe por que? Não será por que os órgãos censores estão muito corporativistas? Por que será que se fala em controle externo? Controlar o que? Nossas decisões? Pretende-se controlar o ritmo do andamento dos trabalhos? Saiba que magistratura repudia o controle externo, porque servirá, no Brasil, de instrumento de pressão sobre os juízes, até mesmo contra você, porque você não tem meios de pressão. Não

sei se você sabe, mas, recentemente, o Supremo Tribunal Federal, nosso órgão máximo de julgamento, decidiu que "ao examinar a lide, o magistrado deve idealizar a solução mais justa, considerada a respectiva formação humanística. Somente após, cabe recorrer a dogmática para, encontrado o indispensável apoio, formalizá-la" (rec. extr. nº - 111.787-7, de abril de 1.991). Já se afirmou que "não se pretende, - pois, algo assim como uma revolução no equilíbrio político constitucional: não se intenta despojar o legislador de sua função, nem liberar o Poder Judiciário de sua vinculação ao direito escrito, senão - promover uma política jurídica ou judicial permitida já pelas possibilidades do mesmo ordenamento jurídico" (Saavedra Lopez, Interpretación del Derecho y ideología, Granada, 1.978). É que na opção entre o direito do Estado e o direito da sociedade, parece que o magistrado preferiu o primeiro. Não se pode afirmar que não há direito na sociedade e ele é só do Estado. Este apenas tem o monopólio de controlar a produção normativa. Não tem o monopólio do direito. Se quem - manda impõe as normas jurídicas e o juiz aplica-as sem espírito crítico, será o Poder Judiciário dócil instrumento de dominação da sociedade. Em verdade, sempre foi assim. Você se lembra quando existiam - os escravos e eles eram apenas coisas? Você se lembra de quando o Estado era irresponsável? Você se lembra que, na antiguidade, o faraó - era divino e não humano? Você se lembra que os escravos eram assassinados, sem piedade? Você se lembra, na Idade Média, que os barões - feudais tinham direito sobre tudo e todos? Você se lembra quantos assassínios foram feitos em guerra? Você se lembra na História Moderna, que inexistiam direitos e eram eles daqueles que mandavam e mandam - no mundo? Você se lembra, que no Brasil colônia, quando as senzalas - estavam repletas de escravos africanos trazidos para nosso país, tal como foi cantado por Castro Alves em "Vozes da África", ao clamar - por Deus que estaria embuçado nos céus? E em "Navio negreiro", quando brada contra a mancha da bandeira que era emprestada para cobrir tanta infâmia e covardia, apelando a Andrada para arrancar o pendão dos ares a Colombo para fechar a porta dos mares? E o que não se dizer do mesmo poeta em "A Canção do Africano", em que relata o surrar do escravo e a possibilidade da perda do filho, que lhe poderia ser tirado do seio materno já murcho pela fome? Sabe, meu caro povo, em nome do que se fizeram todas as atrocidades? Em nome do direito, da Justiça e do Poder Judiciário. Era o direito vigente a época que autorizava tais ignomínias. Como não se pensar, hoje, que o direito - contenha, não tais agressões ao direito individual, mas de outra forma, violenta subjugação dos interesses mais primários do homem. O fato de se falar em estado de direito, não significa o Estado submetido as normas. Estas tem que ser equacionadas e elaboradas para a busca de uma sociedade justa. Os direitos não podem ser iguais, porque - não é igual a nossa sociedade. Não adianta democratizar o Estado, se a sociedade não esta democratizada. Você sabe, tambem, do que vi em Mariana? Em certa praça, há o pelourinho, símbolo da autoridade e da Justiça. Ali eram agrilhoados e chicoteados os escravos, sob o símbolo do domínio português e, abaixo dele, o da Justiça: a balança e a espada. Veja que contradição. O nosso símbolo dava respaldo e validade as agressões contra nossos irmãos da raça negra. O que se quer dizer, é que o juiz não pode, simplesmente, curvar-se as normas postas e aceitá-las como são, sob a alegação de simplesmente aplicá-las, - doa a quem doer. Pode a lei ser contrária aos interesses da sociedade? Pode ser hostil a ela? o que fazer? A partir da hora em que passamos a discutir a justiça para o povo, alguns pensam que éramos de esquerda. Nem de esquerda, nem de direita, nem de centro. Nós não - precisamos de rótulos, mas não devemos mais permanecer hipócritas. - Já Bertold Brecht afirma ser o rio que tudo arrasta violento; mas - ninguém diz que violentas são as margens que o comprimem. A magistratura tem pressa, porque o Brasil tem pressa. Não podemos mais viver -

com velhas estruturas. Não podemos estar presos a soluções que nada- bem a ver com você. Você. Você e o único que pode dar poder. Não sou eu que digo. É a Constituição do Brasil (parágrafo único do art. 1º. Eu não penso que a Constituição é demagoga, e inútil. Se ela diz isso é porque é assim. Como é curioso, você me dá poder e eu o exerço- contra você!!! Sabidamente, Estado e povo são noções antitéticas. - Aquele exerce poder que é do povo, contra ele proprio. Este não tem- poder. É pequena mentira convencional da nossa civilização, que se u sa, para iludir você, violando-o simbolicamente. Falar em direito na terra das liberdades públicas, que foram conquistadas pelo espírito- independente de seus filhos, e falar em Cláudio Manuel da Costa, que afirmou "Liberdade ou nada" ou no lema da Inconfidência Mineira adotada por proposta de Alvarenga Peixoto em "Liberdade; ainda que tarde", que ainda hoje ornamenta a bandeira do Estado de Minas Gerais. Falar em Poder Judiciário forte é falar em liberdade. Ambos os con - ceitos, em verdade, confundem-se, para formar um só. Não há liberdade sem Judiciário e não se pode falar em Judiciário que não seja assegurador das liberdades individuais, coletivas e públicas. Falar em Poder Judiciário é falar em igualdade. Falar em Poder Judiciário é falar sobretudo, em fraternidade na luta permanente pelo asseguramento dos direitos dos menos favorecidos, das minorias desvalidas e das - crianças. Entretanto, somente se pode falar em Judiciário no pleno - exercício de suas competências, quando for ele dotado de efetiva autonomia financeira. Quem não tem verbas próprias, precisando pedí- - las a outro orgão de poder, não é autônomo. Pode sentir-se altivo e independente, em termos de solução jurídica. Todavia, não tem autonomia de bem prestar suas atividades a população. Estou finalizando. - Como a carta não é formal, não vou dizer a você o que a Associação - dos Magistrados Brasileiros tem feito no sentido de desburocratizar- o Judiciário e as leis do País, nem do trabalho de conscientização e da transparência que deve ter. Falo-lhe dos instantes a que se referiu Jorge Luiz Borges ao dizer que a vida é feita de momentos e "se- não sabem, disso é feita a vida, só de momentos, não percas o agora". Afirma que "correria mais riscos, viajaria mais, contemplaria mais - entardeceres, subiria mais montanhas, nadaria mais rios". Enfim, assumiria mais coisas, para não chegarmos a velhice e vermos que tivemos uma vida inútil. Não ser frustante a missão do magistrado na terra. Dotado de parte do poder do Criador, tem que utilizé-lo com sabedoria e com os olhos voltados a seu semelhante. Alias, a propria deusa não pode mais ter seus olhos vendados. Tem ela de ver o que faz ? Assim, fica aqui um compromisso de desburocratizar o processo e a - linguagem jurídica. Fica o compromisso de lutar para que os foruns - cheguem até você; que o nepotismo termine, que o juiz se conscientize dos valores da democracia e seja autor da grande peça que se chama vida, lutando pelo efetivo asseguramento dos direitos do homem; - que o juiz aplique os princípios do direito para interpretar a norma; que haja compromisso de fé na luta pelos direitos de todos eque deixe o magistrado de ser mero assistente dos problemas sociais e torne -se agente de transformação. Fica o compromisso de Milton Nascimento ao dizer: 'Quero a utopia, quero tudo e mais quero a felicidade dos- olhos de um pai quero a alegria, muita gente feliz quero que a justiça reine em meu país' ("Coração Civil", Milton Nascimento e Fernando Brant). Em outra canção, Milton Nascimento diz: 'E foi por ter posto a mão no futuro que no presente preciso ser duro que eu não posso me acomodar, quero um país melhor'. A magistratura quer um país melhor, quer o povo mais sorridente, não quer assassínio de criança, quer menos violência, quer outra realidade menos falsa, quer menos corrup - ção, quer melhor distribuição de renda e menos diferenças sociais. - Por último, quer que o julgamento de Tiradentes não se repita por - tribunais parciais e que o sangue do mártir redima nossas falhas até aqui". Em seguida, ainda em Grande Expediente, ocupou a Tribuna o Ve

reador Antonio Alexandre Marques, comentando as respostas dadas pelo sr. Prefeito Municipal aos seus Requerimentos. O primeiro Requerimento refere-se à mudança da garagem da prefeitura para o antigo armazém da Fepasa, agora pertencente à municipalidade. Respondeu o chefe do Executivo municipal que a mudança está nos planos da prefeitura - e, se houver recursos, a mudança ocorrerá ainda este ano. Prosseguiu o Vereador dizendo que o outro Requerimento diz respeito à indagação sobre a cobertura da quadra de bocha do Bosque Municipal, pela prefeitura. Respondeu o sr. Prefeito que é sua intenção proceder tal cobertura e, é possível que a mesma ocorra em breve. Hipotecou sua solidariedade ao Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza, no que diz respeito ao seu pronunciamento, quando falou da Carta ao Povo do Dr. Regis, - retro citada, dizendo que o homem do povo, hoje, está vivendo um sufoco com a legislação que aí está, mormente no governo Collor. O que se percebe, principalmente na área empresarial, é o sufoco tributário que as empresas estão vivendo. Pior que isso, as grandes modificações que são feitas na legislação, fazem-nas por simples portarias, - por simples Atos, muitas vezes, mudando o sentido da lei. Está ficando impossível trabalhar, arguiu o Vereador. A seguir, ocupou a Tribuna, o Vereador Afrânio Carlos Napolitano, dizendo fazê-lo para hipotecar sua total solidariedade ao Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza, quanto ao assunto trazido a Casa, através do Requerimento que dá total apoio ao movimentos dos professores da rede estadual de ensino, em busca de melhores salários e melhores condições de trabalho. Comentou que as escolas técnicas que passaram para a Secretaria de Ciência e Tecnologia, estão passando pela pior fase de sua existencia. - Paga-se menos aos professores das escolas técnicas que aos professores da Secretaria da Educação. Solicitou ao Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza que cópias de referido Requerimento fosse, também, enviadas ao Secretário da Ciência e Tecnologia e ao Diretor da Divisão Estadual de Ensino Tecnológico. Aparteando, disse o Vereador autor - do Requerimento, agradecendo o apoio do Vereador que ocupava a Tribuna e disse fazer seu o pedido do Vereador, requerendo à mesa, a inclusão de tal pedido no referido Requerimento. Prosseguindo, disse o Vereador Afrânio que a situação está terrível, está traumática. Disse que há professor exercendo cargo de assistente de direção com o mesmo salário de professor e o Diretor, de Escola Técnica, não recebe a gratificação a que têm direito os diretores de Escolas subordinadas à Secretaria da Educação. Apresentou, também, votos congratulações aos partidários do PMDB presentes pela Convenção Municipal ocorrida dia 07 próximo passado. Agradeceu, com elogios, ao Sr. Manoel - Vicente Fernandes Bertone, pela brilhante palestra proferida na sede da ACIG, no último dia 06, abordando tema bastante atual, que é o - problema da cafeicultura nacional, a convite do PT. Finalizando, disse o Vereador: "Quero deixar registrados aqui, os nossos agradecimentos e a nossa admiração ao administrador de empresas, o sr. Manoel Vicente Fernandes, por tão brilhante exposição". Em seguida, pela ordem, o Vereador Luiz Kunita, requereu a dispensa do intervalo Regimental, cujopedido, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade de votos pelo Plenário. A pedido do Sr. Presidente, o Sr. Secretario procedeu a segunda chamada, visando a Ordem do Dia, constatando as seguintes presenças: Afrânio Carlos Napolitano, André Luis Gavioli Rodrigues, Andrelino Alves de Souza, Antonio Alexandre Marques, - Antonio Macelloni, Diogo Sebastião de Oliveira, Gilberto Garcia, - João Serapião, José Alcides Faneco, Luiz Kunita, Luiz Roberto Lopes de Souza, Olivio Turato, Rodrigo de Sá Funchal Barros, Valdemar Zimiani, Yoshikaso Kakudate e Ari Silva Braga, totalizando 16 Edis presentes. Havendo número legal para à sequência dos trabalhos, passou-se à Ordem do Dia. Em seguida o sr. Presidente colocou em discussão os Requerimentos números: 102/92 - Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza e 103/92 - Vereador Jose Alcides Faneco, sendo ambos aprovados por -

unanimidade de votos; 104/92 - Vereador Gilberto Garcia, ocupou a Tribuna o Vereador Luiz Kunita que em síntese disse, requeria ao autor do Requerimento em discussão, que fizesse um outro Requerimento solicitando apoio do Prefeito municipal, para tal propositura, bem como aos diversos orgãos de nossa cidade, como repúdio a abolição do cargo de Agente da Previdência Social em Garça. É um cargo muito importante para nossa cidade, porque, se perdermos o chefe, perderemos, em breve, tambem a Agência da Previdencia Social, como já perdemos a Chefia do Inamps, da Coletoria Estadual, da Receita Federal e Direção da TELESP Tudo isso na legislatura passada, quando era prefeito o atual Deputado Júlio Marcondes de Moura. Aparteando, disse o Vereador Rodrigo de Sá Funchal Barros que o Sr. Nelson Ichisato, tambem, plantou cerejeiras em Marília e pelo que se sabe, as mesmas já estão florindo e, desta forma, poderemos perder, tambem, a festa das cerejeiras para Marília. Prosseguindo, disse o Vereador Luiz Kunita que o exprefeito Julio Marcondes entregou tudo de mão beijada para Marília. E arguiu: - "Daqui a pouco seremos um vilarejo de Marília". Aparteando, perguntou o Vereador Ari Silva Braga: "Esse problema da Receita Federal e outros orgaos que foram transferidos para Marília, aconteceu so com a cidade de Garça, ou com outras cidades~tambem?" Respondendo, disse o Vereador Luiz Kunita que não tinha noçao, porque na epoca várias perguntas foram feitas e nenhuma foi respondida a contento. Novamente em aparte, disse o Vereador Ari Silva Braga que, na época, várias cidades tiveram esses postos transferidos para cidades maiores. Tais transferências não ocorreram como vossa Excelência quer insunuar, finalizou o Vereador. Prosseguindo, novamente, disse o Vereador Luiz Kunita, - que a culpa é, integralmente, do Deputado Júlio Marcondes de Moura, - que, em cima de promessas enganosas, aos poucos foi entregando tudo o que tínhamos aqui. Aparteando, disse o Vereador José Alcides Faneco - que "obviamente, as cidades qua tinham menos força política., e menos empenho político, foram as que perderam tais serviços". Prosseguindo, afirmou o Vereador Luiz Kunita, que o aparteante havia elucidado seu pronunciamento, vez que tudo é política, tudo é manejo político e, se o ex-prefeito Júlio Marcondes de Moura, se considerava um bom politico, deveria ter lutadopara que Garça não perdesse tais serviços. Finalizando sua exposição, conclamou aos pares a manifestarem contra essa mudança que pretendem fazer na Agencia do INSS em Garça. Não havendo mais oradores, foi colocado em votação referido Requerimento, sendo o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, o sr. Presidente informou que o Prefeito já havia tomado as devidas providências para o caso e que a respeito das demais entidades, seriam . solicitadas a prestarem, tambem o seu apoio, mediante Ofício da Casa. Em seguida, colocou-se em votação os Requerimentos números: 105/92 - Vereador Antonio Alexandre Marques; 106/92 - Vereador Gilberto Garcia; - 107/92 - Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza; 108/92 - Vereador Olívio Turato, sendo todos aprovados por unanimidade de votos, vez que - ninguém solicitara a palavra. ITEM ÚNICO - Projeto de Lei nº 32/92, - do Vereador Antonio Rodolfo Devito, dispondo sobre incentivo fiscal - para realizaçao de projetos culturais no âmbito do Município de Garça. 1ª Discussão e votação. O Vereador Luiz Roberto Lopes de Souza, pela ordem, requereu o adiamento da votaçao do referido Projeto de Lei, - por duas Sessoes, vez que seu autor, o Vereador Antonio Rodolfo Devito não se encontrava presente, o que, colocado em votação, foi aprovado por unanimidade de votos pelo Plenário. Em seguida, informou o Presidente que todas as entidades oficiadas para comporem a CPI das cerejeiras, já haviam indicado um membro para participar da mesma e faltava, somente, as bancadas representadas na Câmara Municipal, indicarem seus representantes, para que o quanto antes possam ser os mesmos nomeados e empossados. Esgotada a pauta da Ordem do Dia, o senhor Presidente concedeu a palavra aos Senhores Vereadores em Explicação Pes-

(Pes-)soal. Não havendo solicitação de palavra, em Explicação Pessoal, o Senhor Presidente, em nome de DEUS, declarou encerrada a presente - Sessão Ordinária. Para constar, foi lavrada a presente ATA. Câmara Municipal, aos oito de junho de mil novecentos e noventa e dois.-.-.-.-
EM TEMPO: Os processos nºs. 396, 397, 398 e 399/92, referem-se à Câmara Municipal de Garça.-

-GILBERTO GARCIA-
PRESIDENTE

- LUIZ KUNITA -
1º SECRETÁRIO

= ANDRELINO ALVES DE SOUZA -
2º SECRETÁRIO